

O Genoma e a Identidade da Pessoa

M. PATRÃO-NEVES¹

1. O projecto do genoma humano: expectativas e receios

Desde os anos 80, e oficialmente desde 1987, data em que a dita iniciativa “megalomana” do “genoma humano” se iniciou que, o que para os seus promotores constituía o início da concretização de um sonho distante², se converteu para outros num pesadelo cuja temerosa realidade ia ensombrando o homem na universalidade da sua humanidade e na singularidade da sua pessoa. O contraste de posições já não surpreende em matéria de implicações do progresso científico-tecnológico na preservação da dignidade humana, sendo que duas posições contrárias são frequentemente apresentadas e defendidas com igual empenho e entusiasmo. Aliás, aplausos e admoestações partiram simultaneamente tanto de um mesmo domínio científico-profissional, nomeadamente entre biólogos, como de domínios de actividade diferenciados, sendo comuns a largos sectores da sociedade. Na situação descrita, entre o medo paralizador perante o desconhecido e a arrojada excitação pelo inédito, há que manter viva a sabedoria aristotélica na sua máxima de que “no meio é que está a virtude”³. Simultaneamente, torna-se evidente a exigência de uma reflexão ética na apreciação das acções presentes e na orientação das acções

¹ Professora Catedrática de Filosofia, especialidade de Ética, na Universidade dos Açores.

² O projecto, na sua intencionalidade geral, remonta ao período imediatamente a seguir à segunda guerra mundial.

³ Expressão que faz já hoje parte da cultura popular e cuja autoria pertence a Aristóteles na *Ética Nicomaqueia*.

futuras. Isto é, a exigência da estruturação da racionalidade dos diferentes modos de agir, tendo em consideração o princípio que os determina, a finalidade que visam a par das consequências que implicam, e sempre num critério coerente e unitário de promoção do homem, sujeito e objecto da ética, ou melhor, seu autor real e fim incondicionado.

Evocamos aqui, entre as primeiras críticas ao projecto do genoma humano, a de que se tratava de uma iniciativa de investigação pura para satisfação exclusiva dos cientistas e cujos calculados custos eram considerados despesistas na sua avultada importância correspondente a uma previsível fraca relevância de realizações. Sem dúvida que já então esta denúncia parecia algo anacrónica na mais cândida ingenuidade que pressupunha a possibilidade de formulação de um conhecimento exclusivamente teórico despidido de qualquer dimensão prática. Mas o que a este propósito nos importa destacar é que, desde o início da elaboração daquele projecto, entre as primeiras questões formuladas estão as de ordem social que visavam a preservação e promoção do bem-estar comum dos homens. Numa clara consciência, forjada na segunda guerra mundial, de que à ciência não deve pertencer um dinamismo próprio e autónomo mas que esta se deve subordinar aos interesses da humanidade, a sociedade questionava os potenciais benefícios ou malefícios advenientes do projecto do genoma humano. O progresso na sua execução foi permitindo suspeitar, o que hoje se confirma, de que aqueles receios estavam inflacionados.

Com efeito, em termos eminentemente sociais e em resposta às primeiras objecções que indicámos, foi possível baixar os custos, encurtar o tempo de realização e explorar modalidades de rentabilidade do projecto do genoma humano. Em termos puramente científicos, e particularmente no que se reporta à questão do impacto da descoberta do “genoma” na “dignidade humana” que aqui nos reúne, a realidade também já não é hoje a mesma: houve expectativas defraudadas e inesperadas vias de desenvolvimento abertas. Neste contexto dos mais recentes conhecimentos sobre o genoma humano e das suas potencialidades práticas, a perspectiva social, de uma ética social na preservação do bem comum, mantém-se, sendo todavia redireccionada. Os temas privilegiados são agora relativos à informação descoberta, na confidencialidade da sua obtenção, no aconselhamento da sua comunicação, nos critérios para a sua utilização. Aqui ganha destaque a questão de um eventual novo eugenismo, um eugenismo

genético que venha a marginalizar pessoas cujo genoma seja declarado “defeituoso” e que incentive à criação (ou produção) de pessoas com um genoma dito “perfeito”. Isto é, o que pode também vir a traduzir-se numa “genocracia”, na expressão cara ao Prof. Luís Archer, que promoveria ao poder aqueles que fossem portadores de um “melhor” genoma (certamente numa avaliação que ultrapassa o critério de um genoma mais saudável). Por outro lado, a questão da relação do genoma com a dignidade que assiste a todos os homens, obriga também à consideração de um ponto de vista singular. Sob a perspectiva de uma ética da pessoa humana, exige-se uma atenção específica dedicada à constituição da identidade da pessoa singular, na medida em que a dignidade da pessoa se refere à sua unicidade original de que decorre o seu incondicional valor. A identidade da pessoa encontra-se obviamente sob ameaça em tudo o que nela não se reduz ao biológico. Aliás, esta preocupação esteve também presente desde a formulação inicial do projecto do genoma humano pela visão acanhada e simplista do humano a que este convidava.

O anúncio do projecto de mapeamento e sequenciação do genoma humano mas, principalmente, os primeiros progressos que se foram registando na sua execução, difundiram a ideia de que seria possível identificar todos os genes no homem e a sua respectiva função. Assim sendo, uma vez conhecido o genoma, isto é, o conjunto completo de genes e cromossomas do organismo humano, seria possível aceder à realidade, também completa (total) do indivíduo, antecipando mesmo em parte (numa parte em expansão) o seu futuro. São desta época de entusiasmo inicial afirmações de James Watson tais como a de que aquele projecto constituía uma investigação sobre “as respostas definitivas acerca dos suportes químicos da existência humana” ou de que o “nosso destino está nos nossos genes”, ou outras igualmente proferidas pelos pioneiros do projecto, tais como “conhecendo o genoma humano completo conheceremos o que é ser humano.”⁴.

⁴ Citado a partir do texto “Determinism and reductionism: a greater threat because of the human genome project”, de Evelyne Shuster, in *Gene mapping. Using law and ethics as guides*, de George Annas e Sherman Elias [ed.s], New York / Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 115: “[...] James Watson characterized the Project as the search for ‘ultimate answers to the chemical underpinnings of human existence’ and stated that ‘in large measure, our fate is in our genes’. Others have claimed that ‘knowing the complete human genome we will know what is to be human’.”

Neste contexto, e sob um ponto de vista mais estritamente filosófico que me é exigido, realçaria os dois principais problemas que então se colocaram (e que são já hoje considerados clássicos): o do reducionismo científico e o do determinismo humano. O “reducionismo” refere-se à comum percepção inicial descrita de que seria possível, através da identificação de todos os genes do homem e da definição da sua respectiva função, justificar a totalidade da realidade humana na sua constituição psico-física, isto é, tanto na sua dimensão orgânica como na psicológica. Doenças e comportamentos estariam, assim, indelével e irreversivelmente impressas nos genes. Este reducionismo mecanicista instalou-se na biologia molecular a partir da convicção de que a compreensão dos mecanismos moleculares em que se progredia justificariam todas as alterações ao nível dos órgãos e dos sistemas, na mais completa e repetida negligência da tradicional evidência de que o todo não se reduz à soma das partes. O determinismo causal surge como uma inevitável consequência da visão reducionista da ciência: na medida em que o genoma é causa do modo de ser de cada homem, a vida deste está já impressa na sua respectiva constituição genética, suprimindo-se assim as condições indispensáveis para o surgimento do novo, do inédito, do original, da criação, em suma, do espírito enquanto dimensão inalienável do homem que designa tudo o que em si não se reduz a qualquer objectividade. A liberdade do homem converter-se-ia, desta forma, na ilusão da ignorância; e a razão humana converter-se-ia na inconsciência de um determinismo natural.

O mapeamento e sequenciação do genoma humano parecem, pois, pôr em causa a imagem que o homem tem de si mesmo, enquanto ser dotado de razão e liberdade. Assim sendo, questiona-se necessariamente a identidade do homem a dois diferentes níveis, a saber: a identidade humana entendida como diferença essencial universal, isto é, a universalidade do homem não redutível ao biológico, a humanidade do homem; e a identidade pessoal como diferença pessoal singular, isto é, a expressão singular da humanidade do homem. Distintas imediatamente pela dimensão a que se reportam, estas duas modalidades da identidade são efectivamente indissociáveis na medida em que a identidade universal é condição da pessoal e a identidade pessoal é revigoradora da universal. Ambas as expressões de identidade se enunciam a partir da noção de diferença: diferença do homem em relação aos outros seres e diferença de cada homem em relação aos demais, respectivamente. E é esta noção de dife-

rença que tem estado na base da visão, não inexoravelmente antropocêntrica mas sempre fortemente humanista, que o homem construiu para si ao longo dos tempos. Esta imagem, que se funda invariavelmente na capacidade de actividade espiritual do homem, é essencial para si e determinante do seu modo de ser, numa inquestionável subalternização da sua dimensão biológica.

As perspectivas que o projecto do genoma humano formularam de um determinismo causal e de um reducionismo mecanicista aplicadas à realidade humana na interpretação da sua dimensão espiritual como biológica, da sua expressão singular como universal, questionam ou depõem mesmo a concepção humanista tradicional a favor de uma perspectiva naturalista, biológica, genética do homem. Se esta visão cientista do homem vingar – expectativa de uns e receio de outros – reconduzirá o homem universal a uma concepção de si estritamente como ser natural e o homem singular à sua dimensão biológica. Isto é, em ambos os casos, implicará uma crescente e homogeneizante uniformização do homem. Qual o sentido a confirmar pela descoberta do genoma humano?

2. O mapeamento e sequenciação completo do genoma humano: realidades

O optimismo exacerbado ou tão simplesmente a enganadora ilusão de que a realidade humana se confinava à natureza e identidade dos seus genes constituiu apenas uma fase na interpretação dos possíveis resultados da concretização do projecto. Hoje, uma vez concluída a sequenciação completa do genoma humano, compreende-se que a “genómica”, ou mapeamento, sequenciação e análise dos genomas, constitui um avanço muito significativo na identificação de erros genéticos, na definição de disposições favoráveis à manifestação de algumas doenças e, consequentemente, nas expectativas para uma terapia génica (que, até ao presente não tem dado os frutos que inicialmente se esperava). Isto é, o seu impacto no domínio prático, terapêutico, superou as expectativas, enquanto no domínio teórico, de um novo conhecimento do homem, ficou aquém dos receios. Porém, reconhece-se que o designado “livro do homem”, a mais recente edição do “livro do homem” escrito numa linguagem DNA, depois de imprimir 3 mil milhões de letras (3.000.000.000), de pares de bases, per-

manece distante da realidade viva a que se refere o homem. Afinal, se quisermos manter a metáfora de que a descoberta do genoma corresponde ao “livro do homem”, reconheçamos que o “espírito” não se reduz à “letra”. “O que é importante é interpretar a sequência ...” – viria Watson a afirmar⁵. O humano não se confina a qualquer objectividade, mas apreende-se no dinamismo vivo da sua expressão inédita.

Ainda na prossecução de uma mesma inteligibilidade ou lógica do real, reconhece-se agora a necessidade imprescindível e urgente de avançar para o traçar de outros mapas: primeiramente o mapa físico da variação genética e, depois, o mapa funcional de cada gene. Da designada “genómica estrutural” importa avançar para a “genómica funcional”, isto é, para o conhecimento da expressão génica, sem o que será bastante limitado o alcance das descobertas já consumadas. Os geneticistas concordam que pouco se avançou para além de uma “genómica estrutural”, isto é, da construção dos mapas genéticos, físicos e de transcrição de um organismo e que, sem um paralelo avanço da “genómica funcional”, isto é, do conhecimento da expressão génica, pouco se poderá concluir com objectividade acerca do todo do organismo, nomeadamente do do humano⁶.

De facto, meses depois da publicação da cartografia completa do genoma humano⁷, entrámos na designada era pós-genómica, na “proteómica”, um novo domínio de investigação que procura estabelecer uma ligação entre o conhecimento do genoma e o comportamento celular, isto é, descobrir a função das proteínas em termos do seu desempenho biológico. Em síntese, a genómica não concretizou as maiores expectativas que o seu projecto alimentava nem tão pouco justificou os profundos receios que suscitava. Caberá à proteómica fazê-lo?

O simples reconhecimento do exposto, da insuficiência da sequenciação do genoma para uma qualquer visão global, articulada e completa, da realidade humana, constitui só por si uma conquista importante na medida em que ultrapassa definitivamente a percepção reducionista e

⁵ Cf. *La Recherche*, 332, juin, 2000: 36.

⁶ ANDREW SIMPSON, OTÁVIA CABALLERO, “Projecto Genoma Humano e suas implicações para a saúde humana: visão geral e contribuição brasileira para o projecto”, *Bioética*, vol. 8, n.º 1, 2000: 89-94.

⁷ Tratou-se de uma publicação conjunta, em 2001, da *Celera Genomics*, instituição privada liderada por Venter, e da *Human Genome Project*, instituição pública chefiada por Collins.

determinista da vida e, em particular, da vida humana na recusa de uma lógica mecanicista. Afinal o mecanicismo simplicista da inteligibilidade da vida que os progressos na biologia molecular haviam fomentado, vê-se também ultrapassado no regresso à consciência da complexidade da vida cuja rica pluralidade é inimiga de uma visão objectiva, positiva e unívoca da realidade humana. Não obstante, a expectativa da “proteómica” é a de construção de uma carta de interacções proteicas através da qual se acederia, finalmente, às funções do nosso genoma. Isto é, a chave do humano não estará mais apenas nos genes, mas nas proteínas que eles produzem. Ainda neste novo contexto, o sonho prometeico de Watson e de tantos outros mantém-se vivo, animado pelo novo herói da genética que é Craig Venter, da “Celera Genomics”, que promete a criação de um novo homem, certamente de um “homem transparente” que, na expressão de Luís Archer, constitui o objectivo (ou mito) da genética. E assim a questão da identidade do homem persiste em aberto...

3. A identidade da pessoa

Até ao presente, a mais plena, autêntica e concreta identidade do homem terá de ser reconhecida como consistindo na imagem que ele vem construindo da humanidade ao longo dos tempos, como da sua pessoa no curso da sua existência singular. Isto é, na total impossibilidade do homem se representar como um ser objectivamente definido e positivamente descrito, na justa medida em que a sua realidade dinâmica e natureza problemática ultrapassam continuamente o dado, a compreensão que de si procura alcança-a através das sucessivas imagens que de si projecta. Neste sentido, e porque o homem permanece inexoravelmente um problema para si e, como tal, empenhado num constante e irreprimível questionamento e procura de si, a sua realidade só pode corresponder ao processo de auto-compreensão numa contínua reinvenção de si.

Só a imagem que o homem de si constrói é real. Não se trata do claudicar face ao mais primário dos subjectivismos; mas antes a confirmação de que o humano não se esgota num qualquer projecto da sua objectivação, exprimindo-se como um sentido, de que o homem é o único intérprete. Desta forma, sem que se aniquilem ou ultrapassem as imagens que o homem foi sucessivamente construindo de si – como ser natural, como

criatura de Deus, como expressão da liberdade – cada nova imagem corresponde a uma sùmula do que o homem tem sido e constitui ponto de partida, explícito ou implícito, para as suas realizações futuras. E a história preservou as sucessivas imagens que o homem de si e para si foi traçando no curso dos tempos como etapas de constituição do humano e sua mais genuína identidade.

Neste contexto maximamente amplo da identidade do homem, nem a genómica, nem a proteómica parecem poder vir a apresentar uma qualquer nova imagem do humano que subtraia a sua realidade ancestral. Até mesmo porque essa nova imagem seria inerte, na descrição de dados e explicação de funções, escapando-se-lhe sempre o princípio não objectivável que dá sentido à vida humana. A pergunta “o que é o homem?” não se pode esgotar numa descrição, por mais pormenorizada e minuciosa que esta seja, por mais fielmente que reproduza os dinamismos e as interacções. A real compreensão está no princípio de inteligibilidade, verdadeira *arqué*, na sua acepção grega de princípio originário e unitário da multiplicidade, que unifica a pluralidade das manifestações do humano e imprime sentido ao dado. Estes aspectos tornam-se presentes apenas nas imagens que o homem vai esboçando de si. Assim se corrobora também que a imagem que o homem constrói de si é a sua autêntica realidade.

Esta imagem do homem corresponde precisamente ao que anteriormente apresentámos como a identidade do humano, na sua universalidade essencial. Já do ponto de vista de uma identidade pessoal, da singularidade da pessoa, o genoma interpela não apenas a imagem individual de cada um (pelas mesmas razões porque interpela a imagem da humanidade) mas, principalmente, abala mesmo o poder do homem construir uma imagem de si, isto é, tende a suprimir toda a identidade pessoal. A identidade universal do homem, ainda que reduzida a um mecanicismo biológico, continuaria a existir após o mais ambicionado sucesso do genoma; a identidade singular do homem diluir-se-ia num universal então homogeneizante.

Como se especifica, pois, esta identidade singular do homem, a identidade pessoal a que nos temos estado a referir? Caracterizamo-la mais facilmente contrapondo-a um outro tipo de identidade, a “biológica”. A identidade biológica refere-se à definição do que em cada um dos homens é natural e comum a todos, ou seja, à universalidade da espécie. A identidade pessoal refere-se à enunciação do que é único, ou singular, em cada

ser humano. Numa perspectiva aristotélico-tomista, diríamos tratar-se de uma segunda natureza adquirida pelo homem através da sua acção. Em termos filosóficos, a identidade pessoal designa invariavelmente um modo de ser singular que cada um foi forjando no curso da sua existência pelo poder da acção imanente. A identidade pessoal é ética, isto é, resulta da acção humana. Sinteticamente diríamos que a identidade biológica fundamenta a universalidade material ou orgânica da humanidade do ser humano, enquanto a identidade pessoal justifica a singularidade espiritual da pessoa. É neste sentido radical que podíamos repetir o *slogan* (invertendo a ordem dos termos): "todos iguais, todos diferentes", todos partilhando uma identidade biológica comum e cada um chamado a realizar uma identidade pessoal única e original. Por isso, cada um de nós, cada pessoa é rigorosa e absolutamente insubstituível e o seu valor incondicional.

Neste contexto de reflexão sobre a identidade do homem, a questão mais imediata que se nos coloca é a do (inter-)relacionamento entre as duas dimensões apontadas. Sem dúvida que, numa perspectiva biologista do humano, a dimensão ética tende a ser perspectivada como uma conquista da evolução da natureza, uma etapa superior do processo de hominização que, como tal, se apresenta meramente como um novo grau do dinamismo da vida. Assim sendo, a identidade pessoal careceria de especificidade. O filósofo alemão Max Scheler, que no início do século XX se dedicou sistematicamente à reflexão sobre a identidade do homem no contexto quer da filosofia clássica, quer do evolucionismo darwiniano⁸, considera que, se no que se refere à identidade biológica, há uma hierarquia quantitativa, de grau, entre o homem e os demais seres, já no que se refere à identidade pessoal manifesta-se uma diferença qualitativa, essencial, que destaca o homem de entre todos os seres. De alguma forma, no homem convergem e harmonizam-se os princípios da natureza e do espírito.

Jean-Jacques Wunenburger⁹, comentando recentemente as grandes questões éticas contemporâneas, afirmará que entre o dado da natureza e o que no homem é auto-realizado não existe qualquer causalidade ou mesmo continuidade. De facto, ele quase nos surpreende quando acrescenta que entre o domínio da natureza e o surgimento do especificamente

⁸ Cf. MAX SCHELER, *Die Stellung des Menschen im Kosmos* (1929), trad. franc. de M. Dupuy, Paris, Aubier, 1951.

⁹ Cf. JEAN-JACQUES WUNENBURGER, *Questions d'éthique*, Paris, PUF, 1993, 9-19.

humano mais facilmente apontaria uma ruptura. A explicação é simples: para este autor, que não rejeita a perspectiva evolucionista e considera também os contributos de uma antropologia cultural no advento da consciência moral, esta surge como um “complemento” em relação à natureza, como uma “manha” da própria natureza que, tendo perdido os seus instintos ao nível do humano, tem de continuar a procurar viver bem, recorrendo então a uma normativa humana, que compense a sua crescente complexidade interna. Na esteira destes autores diríamos que a dimensão ética do homem, a partir da qual desenvolve a sua identidade pessoal, tem na natureza não a sua causa mas a sua condição. A exigência, por parte de geneticistas e pessoas das ciências biológicas e, muito principalmente, de neurocientistas, de formulação de uma nova ética de fundamentação biológica que integre as mais recentes conquistas destas ciências, não reivindica de facto uma nova inteligibilidade do humano, mas tão somente uma nova ênfase atribuída às condições de realização da acção¹⁰.

Este será talvez o ponto de encontro entre o progresso da genómica e a reflexão filosófica. Afinal, também os mais recentes conhecimentos adquiridos acerca do genoma tornaram já evidente que a genética não terá capacidade para se pronunciar favoravelmente em relação a um determinismo humano. Sem negligenciar o carácter profundamente condicionante do genoma na vida dos homens, reconhece-se a impossibilidade de estabelecimento de uma qualquer causalidade. A constituição genética do homem é já hoje unanimemente descrita em termos de “predisposições”. O que os actuais e mais recentes conhecimentos de que a genómica dispõe nos podem transmitir de forma objectiva, são apenas “predisposições” para as quais se poderão ou não vir a manifestar a partir de uma combinação favorável de uma complexidade de factores endógenos ou exógenos, cuja infinitude de variantes não permite venham a ser ponderadas satisfatoriamente¹¹. O que, em termos biológicos, é enunciado como “predisposição” pode ser traduzido, em termos mais especificamente filosóficos, pela

¹⁰ Referimo-nos, entre outros, a ANTÓNIO DAMÁSIO que considera que a nova análise das emoções e sentimentos deve conduzir a uma nova concepção da realidade humana adequada à sua realidade científica. Esta nova concepção da natureza humana do ponto de vista biológico deveria conduzir, por sua vez, a uma solicitada reformulação da ética.

¹¹ “A genética moderna implica o estudo das probabilidades e percentagens de risco ou da sua susceptibilidade e previsibilidade, não a certeza da ocorrência”, BARTHA MARIA KNOPPERS, “Um paradigma para o milénio”, in *Humanidades*.

noção de Ortega y Gasset de “circunstância” ou pela de “situação”, de Jean-Paul Sartre, com vantagem para a compreensão da primeira.

Ortega y Gasset permanecerá na história como o autor da afirmação “eu sou eu e a minha circunstância”, isto é, pela sua concepção do humano como permanentemente envolvido no mundo em que pensa e age. O “eu” não existe isoladamente, mas antes se encontra sempre numa realidade circundante que o constitui parcialmente. Todo o “eu” é um “ser circunstancial”. Por isso não surpreenderá também que Ortega prossiga afirmando que a perspectiva, enquanto organização do real, seja constitutiva da própria realidade, a qual jamais pode ser humanamente entendida como algo de determinado. Sartre, por sua vez, refere-se à “situação” como realidade concreta inalienável em que o homem inevitavelmente se encontra e em que exerce a sua liberdade. Uma hipotética liberdade à margem de toda e qualquer situação seria necessariamente abstracta, puramente formal e jamais humana. Desta forma, a única verdadeira liberdade para Sartre corresponde a uma tomada de decisão, a uma iniciativa efectiva e enraizada na vida. A “situação” é o contexto para o exercício da liberdade. Neste âmbito problemático, o genoma humano não atenta minimamente contra a identidade da pessoa; antes contribui para o conhecimento da circunstância ou situação da acção humana, contexto real, concreto, vivo em que cada pessoa realiza a sua própria identidade. Assim sendo, a genética não parece ter instaurado um novo paradigma do homem, continuando este fiel à imagem polifacetada, flexível e dinâmica que vem construindo para si próprio desde que se começou a interrogar.

À questão se nos encontramos, pois, perante uma nova representação do humano formulada pelo genoma (que possa vir a abalar a imagem que a humanidade tem de si e a suprimir a identidade pessoal) diríamos que não. Apenas o poder e o fazer se dilataram quase exponencialmente: a genética implicou todo um novo “saber fazer” que conferiu novos poderes ao sujeito. Porém, no que se refere à natureza biológica do homem, e agora à sua constituição genética, como condição da sua expressão diferenciada (única) nunca foi negada ou tão somente esquecida. Um melhor conhecimento da condição natural do homem através da genómica, trouxe contributos para a compreensão de si sem que, todavia, tivesse alterado ainda a sua imagem, e não se antevendo que a proteómica o faça.

Podemos concluir dizendo que o homem se mantém hoje na insane procura de si na certeza tranquilizadora de jamais se encontrar.